

MESA 3

ÉTICA E INTEGRIDADE EM PESQUISA

Relatora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Schicchi (PUC-Campinas)

Debate acerca dos temas da ética e da integridade nas pesquisas em ciências humanas e sociais aplicadas, com rebatimento na área de arquitetura e urbanismo.

Anuncia que a mesa vai ter uma pequena alteração porque a professora Selma Leitão teve um problema de saúde com um parente que está na UTI e não pode comparecer. Como em todas as mesas, nós tínhamos propostos dois palestrantes para tratar de assuntos distintos e estabelecer um diálogo na mesa.

O professor Goldim, segundo a relatora, vai falar sobre integridade. E por outro lado, será discutido a questão da ética na pesquisa, em especial a visão da ética a partir das ciências humanas, que era o que a diretoria queria trazer, no limite, para poder fazer a nossa discussão das ciências sociais aplicadas, que está ainda um pouco alheia a essa discussão e que em termos de questões a gente considera no meio termo entre as humanas e biomédicas.

O segundo bloco será discutido através de um filme de uma pesquisadora, que se chama Débora Diniz, que é da UNB, antropóloga, e que fez esse filme numa situação que depois será detalhada, mas a ideia é que a Profa. Cristina Schicchi pontue inicialmente algumas questões que ela apresenta sobre ética, numa situação específica que ela teve que enfrentar, no limite de várias questões que implicam a ética, em seguida será apresentado o filme e depois a Profa. Cristina Schicchi retomaria alguns pontos, a partir do texto que Débora Diniz publicou sobre este trabalho, para em seguida passar ao debate, cujo material os debatedores conhecem e, ao final a mesa abrirá às perguntas para o público.

A Profa. Cristina passa a palavra para o Prof. José Júlio que vai conduzir a mesa, explicando que, tendo em vista que houve uma alteração na composição da mesa de palestrantes, também houve uma mudança de papéis, por conta da Profa. poder assumir a apresentação e coordenação das questões do filme: a Profa. Gleice que estava inicialmente escalada como relatora vai debater junto com o José Júlio e a Profa. Cristina ficará como relatora, além de fazer a apresentação dos pontos para a discussão do filme.

Prof. José Júlio Lima:

O Prof. José Júlio, da Universidade Federal do Pará (debatedor), se apresenta e agradece à organização pela oportunidade. Chama o professor José Roberto Goldim da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (palestrante), a professora Maria Cristina Schicchi da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (relatora e expositora) e a professora Gleice Azambuja da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (debatedora), para comporem a mesa.

Anuncia a palestra do professor Goldim, Integridade na Ciência e apresenta o currículo do palestrante. Em seguida, passa a ler o currículo da Profa. Maria Cristina Schicchi e da Profa. Gleice Elali. A Profª Gleice Azambuja Elali, cumprindo um acordo entre os debatedores é que faz a leitura do currículo do Prof. José Júlio Lima.

O Prof. José Júlio Lima retoma a palavra:

Lê o currículo da Professora Débora Diniz e passa a palavra ao Prof. Goldim para que inicie a palestra.

Prof. José Roberto Goldim:

Agradece o convite e afirma diz que estar nessa atividade é o tipo de intercâmbio de diferentes áreas do saber, nas discussões de ética e de integridade na pesquisa, onde é fundamental as pessoas terem uma visão o mais abrangente possível e ao

mesmo tempo compartilhar, porque na essência os problemas são os mesmos. Também diz que na medida em que a Profa. Cristina for encaminhar essa questão a partir dos pontos que a Débora Diniz levantou, ele também vai tentar tocar um pouco na questão regulatória que está em discussão naquele momento, e de algumas questões que, segundo ele, mereceriam, talvez, um pouco mais de cuidado para trabalhar nessa diversidade de áreas, de fazeres que a gente tem, de pesquisas tão diferenciadas quanto essas.

Mas nesse primeiro momento diz que vai abordar a questão da integridade, que é um tema que não é propriamente da ética na pesquisa no sentido mais estrito, mas é um recorte dentro da ética na pesquisa, no sentido da preservação dessas qualidades mínimas esperadas quando da publicação, quando da divulgação, quando da elaboração propriamente dita das pesquisas.

Integridade surge de uma palavra latina e tem uma questão de polissemia, ela consegue trabalhar com múltiplos significados, passando por todas as questões que estão aqui pontuadas. Ao ser possível migrar de um significado para outro é que é possível ter problemas. Desta forma, segundo o Prof. Goldim, é importante ter em conta que esse tema da integridade, que atualmente é tão discutido, não é novo.

O Prof. Goldim inicia sua fala:

Samuel Johnson, que foi um grande escritor da Inglaterra, quando publicou uma novela chamada História de Rasselas, o Príncipe da Abissínia, no meio desse texto literário ele coloca uma frase maravilhosa que talvez seja a melhor definição que a gente possa usar: “A integridade sem conhecimento é frágil e inútil e o conhecimento sem integridade é perigoso e terrível.” Ou seja, dentro dessa visão que os literatos têm de nos dar, às vezes, esses rasgos de genialidade, essa aqui é uma. Foi escrito em 1759 e ele já estava preocupado com a coisa que talvez seja o que hoje mais nos angustia. Operacionalmente, para a gente ter uma visão mais pragmática, eu sempre gosto de usar essa definição de ética dada pelo professor

Robert Reich. O Reich é um professor da Universidade da Califórnia, em Berkeley, atualmente ele está no Instituto Kennedy da Universidade Georgetown em Washington, nos Estados Unidos, e a definição em que ele coloca que a ética é a utilização de uma reflexão disciplinada das intuições morais e das escolhas morais que as pessoas fazem, é extremamente feliz. Porque é o fazer propriamente da ética, é essa reflexão com rigor. É uma reflexão que não é simplesmente um livre pensar, é uma reflexão que tem um método associado, é uma reflexão que vai permitir que as pessoas possam ter essa perspectiva mais de um trabalho sistematizado de pensar sobre algum tema.

O professor Goldim informa que os slides que vai utilizar podem ser acessados desde um endereço que ele pode fornecer depois.

Continuando sua fala:

Destaca duas questões ali (aponta para o quadro na tela), primeiro intuição moral e segundo escolha moral que as pessoas fazem. Uma discussão que já vem se fazendo há muito tempo é sobre os diferentes modelos de tomada de decisão.

E esse é o papel da ética, nada mais do que isso. Muita gente confunde ética com moral, confunde ética com julgamento, confunde ética com Código de Ética Profissional, que não tem absolutamente nada a ver, é uma deturpação do nome ética nesse documento.

Dá um exemplo: A gente vê qualquer episódio, a gente já começa a fazer essas classificações. Isso é a intuição. E aonde é que entra a ética? Na reflexão sobre ela. É em verificar até que ponto isso ali é simplesmente uma intuição, fruto de um impulso, de um prejulgamento ou se ela tem base, que a ética vai ter que trabalhar.

Aponta que o seu grupo de pesquisa trabalha utilizando esses sete referenciais como uma caixa de ferramentas que ele dispõe para poder pensar em alternativas e argumentos.

Há comitês que assumem uma linha única. E isso está errado, porque a gente tem é que contemplar essa diversidade de argumentações porque as áreas são diferentes, você tem peculiaridades que merecem olhares diferentes que a gente vai ter que dar. Então, essas sete perspectivas éticas que estão aqui listadas (aponta na tela), elas não são para fazer uma opção, mas elas são como um cardápio que a gente pode ir pinçando argumentos que vão nos dar o quê? Um referencial de adequação, não mais intuitivo, mas agora sim racional, argumentativo.

Apontando para o quadro:

Se a gente pega esse eixo central aqui, ele claramente é racional. Eu tenho o problema, verifico os fatos e as circunstâncias e tomo as decisões. Mas vejam que a decisão está fora do plano racional. Além disso, eu posso agregar todo o nosso repertório de casos, ou seja, toda aquela experiência que nós adquirimos ao longo da nossa vida profissional eu vou ter que agregar referenciais teóricos, que é quando eu incorporo pensamentos de outras pessoas que vão me ajudar a melhorar a compreensão do problema. E todo esse plano aqui em azul (percorre a tela), a gente consegue discutir ele racionalmente, mas nós temos duas bordas externas que são totalmente não racionais. São campos cinzas que se agregam a esse centro da discussão e que às vezes interfere. Na medida que eu tenho a afetividade, que é uma questão fundamentalmente individual que eu estabeleço e vejo como é que esses vínculos que vêm do passado e permeiam o presente, vão se intrometer nessa questão do problema. E vocês veem que os vínculos são fundamentalmente individuais.

Os desejos são predominantemente no plano individual e desejo influencia fortemente as nossas decisões. Se eu vou para o outro lado, eu passo para um plano mais coletivo, quando eu entro num sistema de valores e crenças, eu com as tradições. Tradições que também vêm do passado, que não são racionais, quando vocês perguntam para uma pessoa que está usando um argumento de tradição:

“Por que aquilo?” A resposta é sempre “Porque sempre foi assim.” E isso é tradição. E os interesses também estão ali. Ou seja, eu tenho que pensar nesse conjunto de situações e se eu pego e penso que o problema que nós estamos discutindo é se essa pesquisa é adequada ou não, tudo isso aqui está presente, tudo isso aqui é importante para a gente pensar nessa hora.

Diz que vai falar de uma perspectiva muito da área mais biomédica, que é onde ele fica imerso o dia inteiro, eu vai usar os exemplos sua base fundamental de publicações, que é o PUBMED, que é a maior base que tem hoje em dia, com vários milhões de artigos. Diz que se vê ali a palavra retracted, que são aqueles artigos que foram reconhecidamente tidos como equivocados, já são, só nesta base, 9123. Aponta que a curva de crescimento exponencial se deve à entrada da divulgação mais ampla pela internet. E que na medida em que não é necessário mais estar na biblioteca, eu consigo usar palavras de busca, a lista tende a explodir.

Sobre a retratação em publicações: esse autor que encabeça a lista, e vocês veem que essa daqui é uma relação de revistas notável, é a primeiríssima linha de revistas na área da saúde, The Lancet- ScienceDirect.com, New England Journal of Medicine, todas revistas de muito peso. A taxa de aceitação do New England atualmente é de 1 para 10 mil papers que são submetidos. O Wakefield publicou no Lancet, em 98 um artigo sobre uma relação totalmente absurda, mas que na época teve um impacto muito grande, de que a vacina do sarampo causava autismo. E essa discussão foi seríssima esse é o grande elemento para as crianças americanas não serem vacinadas. E não sei se vocês viram que no início desse ano teve um surto de sarampo na Disney da Califórnia, e estava cheio de criança brasileira lá, nenhuma teve problema, porque todas estão vacinadas. E eles tiveram 80 casos predominantemente em adultos, por quê? Porque eles não vacinam, por definição. Baseados nesse trabalho do Wakefield que é fraude. E notem que esse artigo foi publicado em 98, em 2004 ele teve a primeira retratação, em 2010 ele teve outra e

ele é citado em 158 outros artigos, muitos deles depois da retratação, que continuam sendo citados sem saber.

E cita outros casos exemplares.

Mostra a classificação que foi proposta pelo Richard van Norden, dos tipos de más condutas e questões que estão associadas à integridade. Fabricação ou falsificação de dados, autoplágio, plágio, erros honestos, resultados que são irreproduzíveis e outras coisas.

Começa falando do autoplágio que é entendido como republicação. Como apropriar textos próprios de outros trabalhos e recolocar sem citar fonte original de publicação. Porém, o que eu não posso é requentar trabalhos, isso sim. Eu não posso trazer trabalhos do passado para o presente, dar uma cozinhada ali naquela situação, não citar nada para dizer que aquilo é novo. Consolidar a publicação de cada um de nós isso é fundamental. Acho que isso é dar coerência para uma linha, até para demonstrar que diziam coisas que a gente não está mais dizendo.

Fala do caso da Ministra de Educação Annette Schavan, disse que se fosse confirmado, isso era um fato que iria gerar uma grande perda para a ciência da Alemanha.

Uma das primeiras pessoas que apareceu nessa situação era a pessoa que estava sendo preparada para ser o sucessor da Merkel, que era o Carlos Guttenberg, que era Ministro da Defesa e toda a tese dele era plagiada. Aí ele perdeu o título e acabou perdendo também o cargo de Ministro e é um cara que está fora da possibilidade de ser sucessor da Merkel. Vocês veem essa dupla, a Merkel com a Schavan. E aconteceu que foram avaliar os textos da tese da Ministra da Educação e também era plágio.

Aqui no Brasil, comenta, tem a SRJ já tem um comitê para honestidade na ciência, a PUC de Porto Alegre também tem um. E é uma atividade que está fora dos

comitês de ética na pesquisa. Porque ela está avaliando uma outra situação, que não é buscando adequação, é verificando inadequações.

Cita outros casos como Alejandro Zaera Polo, que é um espanhol, que era Diretor da Faculdade de Arquitetura de Princeton; Paul English, que publicou, em 1928, um livro chamado O Mestre dos Plágios.

Fala do plágio de projeto na área de arquitetura e sobre os livros do grupo dele no site Direitos Autorais e Conexos.

A questão de erros honestos, que também existem, é, por exemplo: na minha área, de 513 artigos de neurociência, foram separados 157 que comparavam dados e olhem a proporção das comparações corretas com as incorretas: 50%. Tem trabalhos que não dá para refazer. Eu não tenho como refazer a história. Ou seja, aquele critério da ciência experimental não obrigatoriamente é transponível para todas as áreas.

Ou seja, por que a gente está conseguindo isso? O que afinal é inovação, o que é repetição. O tema da inovação que é o grande tema da atualidade, todo mundo hoje em dia tem que ser empreendedor e inovador, acaba às vezes gerando essa situação de incorreção. A questão de patenteamento é uma outra questão delicadíssima. Até que ponto aquilo que era uma proteção passa a ser um cerceamento para as demais pessoas?

Fala sobre o alto preço cobrado pelas editoras para publicar artigos. E que acha uma coisa perigosa a espetacularização da ciência. Diz que é lamentável o que nós estamos vivendo no Brasil, de um produto chamado fosfoetanolamina. É uma situação totalmente equivocada do início até o fim, que virou uma bola de neve e que se a gente for discutir pela adequação ela vai gerar uma repercussão social terrível.

E pergunta:

ORGANIZAÇÃO



CO-ORGANIZAÇÃO



APOIO:



PROMOÇÃO:



DIVULGAÇÃO:

vitruvius

O que são princípios de integridade? A academia de ciências em 2013 publicou sobre rigor e integridade na condução da pesquisa científica, é um belo texto ele é muito curto, ele está disponível no site da academia, ele tem uma boa indicação de como é que a gente pode conduzir essas questões.

E termina com uma frase do Einstein: o que faz um grande cientista é o caráter.

Prof. José Júlio Lima retoma a palavra: agradece o Prof. Goldim e passa a palavra para a Profa. Cristina para que ela faça a apresentação do filme que será apresentado.

Profª Maria Cristina Schicchi:

O que eu vou fazer aqui é ler o resumo do filme, ler o resumo do texto da Débora Diniz, que é o texto em que a gente se baseou, que foi base para também entender o filme, porque é o relato de como esse filme levou a uma reflexão sobre os procedimentos de ética no projeto de pesquisa num comitê de ética. E como ela trabalhou no limite de uma situação na área de ciências humanas, que a gente poderia dizer que tudo está na fronteira de vários temas, de várias questões, a gente achou interessante trazer, porque é uma questão para a gente poder refletir também.

E passou a ler o resumo do texto sobre o filme:

“O objetivo deste artigo é discutir como princípios já consolidados da ética em pesquisa podem ser incorporados à prática de revisão ética em pesquisas em ciências humanas. Em particular etnografias ou pesquisas que utilizem as técnicas de observação participantes e entrevista aberta. Para discussão, o fio condutor será a análise dos procedimentos metodológicos e éticos utilizados na produção do documentário etnográfico “Uma História Severina”, que é o que nós vamos ver. A análise do filme sugere com ampliar os horizontes do debate sobre ética em pesquisa para além dos fundamentos biomédicos do campo, sugere que ampliar os debates é uma tarefa urgente.”

Passa a destacar pontos importantes sobre o filme:

Eu vou resumir, porque obviamente não daria tempo de ler o texto.

Uma das questões eu acho importante para o debate, logo no início do texto, é se as ciências humanas teriam que ter um comitê de ética analisando as questões da pesquisa em ciências humanas. Ela defende que, em princípio, os preceitos gerais ligados à questão ética, aos direitos humanos, já seriam suficientes, ou seja, tomar em conta essa questão da honestidade e da integridade do próprio pesquisador. Por isso também ela vai utilizar esse argumento quando da submissão que ela fez ao comitê de ética. E no texto ela apresenta algumas questões importantes que ela leva para o comitê de ética. Ela não apresenta nenhum dos procedimentos normais de apresentação de um projeto, que é apresentar antecipadamente os objetivos da pesquisa, a metodologia, os documentos que se pedem, que é o termo de consentimento livre e esclarecido, a avaliação de riscos e benefícios e também o compartilhamento, no caso, dos benefícios da pesquisa, que é uma exigência que, se as pessoas já passaram aqui por algum projeto no comitê de ética. Porém, não coloca isso como uma questão que não tenha importância, ela coloca que, no caso desse trabalho específico, ele, o objeto de estudo e a maneira como foi feito, levaram a que tivesse que ser feita essa reflexão. E, nesse caso, o próprio comitê de ética assumiu com ela que fosse assim. O comitê aceitou que ela fizesse o filme sem definir exatamente estes elementos.

O importante da discussão é que a gente coloca a inflexibilidade desses fóruns ou desse comitê de ética e nesse caso o comitê fez exatamente o que o Goldim está falando, quer dizer, eles fizeram uma reflexão e assumiram com ela alguns riscos. E ao assumir isso, ela não assumiu apenas o risco em relação à condução da pesquisa. Quer dizer, esse é o risco maior, porque a pesquisa podia nem sequer ocorrer.

Eu vou fazer um resumo do filme agora, só para vocês entenderem do que se trata. O filme foi produzido imediatamente após a cassação da liminar do Supremo Tribunal Federal, que autorizava o aborto de fetos sem cérebro. Em 2004 a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde e a Anis, Instituto de Bioética e Direitos Humanos e de Gênero, apresentaram uma ação ao STF para autorizar o direito de escolha de mulheres, de interromper a gestação em caso de anencefalia do feto. A anencefalia é uma má-formação incompatível com a vida extra-uterina o que torna a sobrevivência de horas ou dias após o parto. Há casos raros de sobrevivência além desse período, mas o prognóstico de óbito no parto ou imediatamente após o parto, é o aceito pela Organização Mundial de Saúde. A liminar vigorou por três meses, de julho a outubro de 2004 e um levantamento realizado em serviços públicos de saúde, mostrou que pelo menos 58 mulheres foram protegidas pela liminar. A princípio, o objeto de estudo dela eram essas 58 mulheres. Era tomar o depoimento dessas 58 mulheres que foram, de alguma forma, protegidas pela lei e puderam fazer o aborto. Isso foi num primeiro momento. Num segundo momento, ela encontra uma exceção, um caso específico de uma dessas mulheres que se internou na noite anterior do decreto de cassação da liminar e, no dia seguinte, quando ela ia fazer o aborto, ela já não pode fazer, porque já tinha a proibição. E ela acompanha o processo, o enfrentamento dessa mulher, que aí vocês vão ver a condição dela e depois eu volto à questão. O processo durou sete meses, pois ela teve que levar a gestação até o final e aí eles acompanharam esse processo e ela vai justamente discutir as questões que implicaram. Ela é antropóloga, ela fez isso com uma jornalista, que tinha mais domínio dos meios de filmar e tudo mais. Ela podia ter ficado um pouco mais tranquila e colocar isso como uma reportagem ou um documentário, que teria sofrido, talvez, menos implicações em relação à ética, mas ela tratou como um projeto de pesquisa. E isso acabou fazendo com que ela ficasse no limite entre criação, criatividade e a pesquisa propriamente, e, ao

mesmo tempo, outros limites dentro da questão ética também, que depois a gente volta a discutir.

Pede para passar o filme.

Prof^a Maria Cristina Schicchi retoma a palavra:

Primeiramente registra o agradecimento à Débora Diniz que cedeu o filme.

Esse filme é um resultado de um projeto de pesquisa. A autora faz uma contraposição da questão da natureza do filme etnográfico, que é pegar o instante e captar o instantâneo com este caso em que ela teve que lidar com um processo, que durou 7 meses. Então, ao mesmo tempo em que o filme etnográfico tem essa natureza, o objeto de estudo exigia que fosse um processo. Ela abandonou o estudo com as mulheres e ficou com esse, um único sujeito de pesquisa. O primeiro procedimento foi o de repetir o ritual de assinar o termo de consentimento esclarecido a cada filmagem. A cada momento em que ela filmou, durante o processo inteiro, ao invés de ela apresentar só no começo um termo de consentimento, ela colocava de novo todas as questões, tudo o que ia acontecer, detalhe por detalhe e ela tinha que assinar todas as vezes. Ou seja, ela corria o risco de, alguma hora eles dizerem: “Não, não vamos mais assinar, não queremos mais fazer o filme, acabou a pesquisa.” Então esse foi o risco que ela assumiu. O segundo procedimento que ela tomou foi só finalizar o filme com o consentimento pós edição, e eles foram os primeiros a ver o filme e assinar o último termo de consentimento. Ou seja, ela esperou que eles vissem o filme primeiro, eles foram os primeiros a ver, depois da equipe de pesquisa, e só aí, após eles assinarem a autorização. Um terceiro procedimento é que ela pediu para que a assinatura de todos esses termos de consentimento fossem acompanhados de uma entidade do universo simbólico e sociológico da Severina, junto com ela. E, por último, eu queria dizer que nessa questão do termo de consentimento e na relação com o entendimento e da comunicação desse caso do pesquisador com o sujeito, ela

coloca uma questão importante, que depois os meus colegas vão continuar colocando isso, que é a importância do próprio filme como linguagem para deixar claro exatamente o que estava se fazendo. Porque mesmo o que estava escrito no termo de consentimento, por mais que se explicasse para ela, ela é analfabeta, não tinha nenhum tipo de esclarecimento geral sobre o que estava sendo feito. Então a única coisa que realmente ia mostrar o que eles estavam fazendo, era mostrar o filme e aí podia ser o momento em que eles não assinassem o termo de consentimento depois de seis meses, de sete meses, e a pesquisa acabava ali.

Passa a palavra para os colegas de mesa.

Prof^a Gleice Azambuja Elali:

Eu acho que essa discussão é fundamental na área da gente. É fundamental porque Arquitetura e Urbanismo sempre se colocou muito por fora dessa questão ética. Tem escola que nem levantou esse debate. Tem escola que está começando a levantar o debate e outras que estão pensando em como é que vão fazer. É claro que nós aqui estamos trabalhando com extremos. O nosso amigo Goldim, quando apresenta a discussão da ética a partir da publicação e quando ele apresenta todos esses casos que ele mostra, ele vem a partir de uma perspectiva médica muito consolidada, que eu acho super legal, porque realmente é um exemplo a ser pensado. Aí quando a gente vê o caso do filme etnográfico e Débora Diniz traz um caso assim tão gritante, tão diferente e tão difícil

E comenta duas situações em que teve que enfrentar questões éticas em pesquisa em que em um deles a aluna conseguiu realizar o trabalho e em outro não, principalmente por não conseguir autorização para fazer as pesquisas.

Se nós não levarmos esse assunto muito a sério e se nós não começarmos a ter uma posição muito bem definida, não só nós não faremos as pesquisas, como nós não conseguiremos publicá-las, porque as revistas brasileiras ainda não solicitam essas aprovações dos comitês de ética para a publicação.

Lembra que a ética da pesquisa ela está em todas as fases da pesquisa. Ela está desde a hora que você decide que o teu objeto de pesquisa é acompanhar uma parturiente numa situação tão vulnerável quanto essa e deve ter sido uma grande batalha nos comitês, e ela conseguiu, mas com certeza foi uma grande batalha. Mas ela teve, com certeza argumentos persuasivos muito fortes.

Mas quando você escolhe o objeto, quando você escolhe o recorte, quando você escolhe o método, você está definindo questões eminentemente éticas. E a gente tem que discutir muito essa coisa de pra quem serve a pesquisa, quem participa. Não é a toa que pesquisas etnográficas como essa acontecem com pessoas em situação de muita vulnerabilidade, mas em situação socioeconômica também de muita carência. Eu não sei se aquela mulher fosse uma mulher de classe média, se ela teria aceitado participar da pesquisa e ser tão exposta quanto ela foi.

Passa a palavra ao Prof. José Júlio.

Prof. José Júlio Lima:

Eu só queria marcar dois pontos que pra mim são fundamentais aqui. O primeiro é o nosso posicionamento como orientador e como coordenador de programa. Todo dia nós lidamos com questões muito ligadas a isso tudo e eu, sinceramente, não me sinto preparado para lidar com isso. Eu acho que poucos poderiam se dizer preparados, de alguma maneira, principalmente porque a gente não conhece o espectro que está à nossa disposição. Nós temos que construir isso. Eu acho que essa sessão hoje ela é fundamental nesse processo, tanto pela discussão da integridade, por exemplo, a gente se pergunta, a Débora e a outra jornalista, a integridade delas nesse processo de elaboração desse filme, dessa pesquisa, não é só elogiar, é também entender como é que se dá isso.

E conta um caso em que teve que enfrentar uma questão ética com autores de projetos entrevistados.

Quer dizer, o processo de construção metodológica, ele está tão imbricado na discussão da ética que é impossível você dizer, inclusive, qual é o ponto de chegada. Por mais que você não seja etnográfico. Essa questão do ponto de chegada é fundamental.

Prof. José Roberto Goldim:

Eu acho que tem que contextualizar historicamente o que aconteceu. Em 88 quando se criaram as primeiras normas de pesquisa em saúde no Brasil, elas acabaram tendo uma série de dificuldades de implantação e quando em 96 se largou a Resolução 196, o grupo que discutiu, do qual eu não fazia parte, resolveu, e eu discordei dessa posição nas audiências públicas, e, nas duas audiências públicas que ocorreram, uma aqui em São Paulo e outra em Brasília, a nossa posição é que não deveria ter sido feita a ampliação que foi feita, no sentido de transformar aquilo que eram normas de pesquisa em saúde, para pesquisa envolvendo seres humanos. Porque a pesquisa em seres humanos extrapolaria o âmbito ao qual essas normas estavam sendo elaboradas, que era o Conselho Nacional de Saúde.

Em que então se alargou a questão e não se alargou a origem da questão. Por exemplo, se é para fazer isso, então eu acho que tem que deslocar da Saúde para Ciência e Tecnologia. Então se a gente levasse isso para o Ministério da Tecnologia, Ciência e Inovação como fórum de discussão, ele contemplaria o conjunto das áreas de pesquisa, mas enquanto isso é discutido no âmbito do Conselho Nacional de Saúde, ele se restringe ao âmbito da Saúde.

Não dá para fazer uma discussão ética sem discutir método. Assim como não dá para discutir método sem ética. Isso para mim é esquizofrenia. Peguem um exemplo: esse trabalho da Débora, se a gente não discutir ele na perspectiva de método etnográfico, ele não resiste. Ou seja, por que ele se sustenta como um projeto de pesquisa e não como documentário cinematográfico? Se ele fosse feito de um outro jeito, isso aqui não teria sido aprovado como um projeto de pesquisa.

Regulatoriamente esse projeto não seria aprovado. Mas o comitê, não é um comitê de revisão regulatória, diz que é um comitê de ética. A carta de aprovação de um projeto de pesquisa traz o seguinte: o pesquisador é sempre responsável. Ele pode ser ou não culpado de um eventual processo judicial, mas responsável ele sempre é. Na medida em que ele submete a um comitê, este se torna solidariamente responsável. Todos os membros presentes na reunião. E o coordenador, sempre. E se o responsável técnico está junto, a instituição está junto.

Passou-se então às perguntas do público.

Prof^a. Gleice Azambuja Elali:

Profa. Angélica Alvim: Parabeniza a mesa e se apresenta como Presidente da ANPARQ e diz que recentemente a gente se integrou ao Fórum de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A gente tem uma interlocução bastante forte com eles, acompanhando a minuta que foi elaborada recentemente e discutida a semana passada em Brasília. A minuta que está tentando mudar as regras da ética e aplicação de ética para a área de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Aplicadas. Eu queria que você retomasse um pouco porque a ANPARQ está nessa discussão.

Prof. José Júlio Lima: propõe fazer as perguntas em bloco

Pergunta da Prof. Silvia Mikami (UNICAMP):

Conta duas experiências pessoais de enfrentamento de questões éticas. Termina fazendo uma consideração: Talvez a gente precise ter dentro da área de Arquitetura e Urbanismo alguns procedimentos para facilitar inclusive para os pesquisadores de outros lugares, eu posso colaborar.

Intervenção da Sra. Fernanda:

Eu gostaria de dar uma sugestão de que dentro da Academia desde a pesquisa de iniciação científica que acontece na graduação, até os trabalhos de mestrado esta questão fosse tratada.

Pergunta da profa. Rachel Coutinho:

Em primeiro lugar eu queria de agradecer à mesa, e ao professor Goldim. Eu acho que o assunto da ética em pesquisa é um assunto que realmente a nossa área precisa muito debater e a gente segue muito algumas coisas intuitivamente e outras a gente segue o que está colocado pela área de ciências humanas e sociais aplicadas. E eu acho que tem dois aspectos que se complementam e talvez, eu fiquei pensando, se a gente não deveria ter começado pela ética e terminado na integridade. Porque na verdade a integridade é a ponta final de uma série de procedimentos de pesquisas, inclusive de métodos, eu acho que a sua observação (aponta para o Prof. Goldim) foi muito interessante, sobre o nosso comportamento como pesquisador. Desde o momento em que a gente escolhe um objeto, no caso principalmente de quem mexe, não só com arquitetura, mas com a área de urbanismo. Até que ponto a gente trata as populações mais carentes como objeto de pesquisa e na verdade tem todo um sofrimento, é uma questão, como você falou ali, é uma questão muito subjetiva e que a gente talvez nem se dê conta. Eu acho essa discussão muito urgente. Depois a segunda discussão, a da integridade, que é um outro problema que a área sofre muito porque, como todas as áreas, a gente não tem os mecanismos de detectar um plágio ou uma conduta às vezes, um erro honesto como você apontou. Então há erros honestos, eu concordo e queria fazer uma pergunta específica, qual é o nível aceitável de erro honesto que não é plágio? Porque uma vez me disseram assim “Até 15% se você esquece a referência, a citação...”.

Prof. José Júlio Lima sugere fechar o bloco com as perguntas do Prof. Angelo e do Prof. Manoel

Perguntas do Prof. Ângelo (UFMS):

Bom dia. Professor Ângelo, pesquisador da UFMS. Na fala do amigo paraense, eu inventei de abrir aqui o Código de Ética do arquiteto urbanista do CAU e esse assunto não está aqui. Ele dá a ética na docência, ele dá a ética para o colega, ele dá ele dá a ética para o cliente, mas, especificamente, professor Goldim, essa discussão da ética na pesquisa, no ambiente da pesquisa não está aqui. E nós, enquanto seres arquitetos urbanistas, a gente tem um código de ética da profissão, que inclusive é o código de ética mais recente que tem dentre as profissões brasileiras. E foi elaborado, foi amplamente discutido, nos fóruns de discussão nos cinco territórios nas cinco regiões brasileiras. Essa é a primeira anotação que eu faço e vai para todos nós da ANPARQ para o CAU BR mais uma demanda corporativa de uma entidade que não gravita em torno do ambiente CAU mas que prestem atenção desde ontem nessa palavrinha mágica por ser da Arquitetura e Urbanismo está aqui dentro dessa sala em diversos depoimentos.

Prof. José Júlio Lima agradece e passa a palavra para o Prof. Manoel.

Perguntas do Prof. Manoel Lemes (PUC-Campinas):

Minha fala é bastante breve porque é mais uma lembrança, está relacionada com obra da professora Ana Clara Lourdes Ribeiro UFRJ, que já tem uma boa tradição no que diz respeito a condições desse tipo de análise no campo das ciências sociais aplicadas, com interfaces para a área de Arquitetura e Urbanismo. A gente não pode esquecer o trabalho que ela faz no conceito de sujeito corporificado. Especialmente no que diz respeito à cartografia da ação social, que é a contribuição inequívoca do trabalho dessa grande socióloga e seu grupo lá no Rio de Janeiro, que continua, que prossegue nessa análise, a gente não pode esquecer essa lembrança. E também um outro aspecto relacionado com os riscos,

relacionado com a utilização de metodologias como estas na cartografia da ação social, no que diz respeito à divulgação de informações bastante sensíveis.

Prof. José Júlio Lima: agradece e passa aos membros da mesa para as respostas do Prof. Goldim, a Profa. Cristina e a Profa. Gleice. A Profa. Cristina se abstém de fazer comentários dado o adiantado da hora e prefere deixar o tempo para as respostas dos outros dois membros da mesa.

Resposta do Prof. José Roberto Goldim:

Bom, a respeito da construção desse documento que está sendo feito, eu acho que a minha posição pessoal nessa discussão é que agente deveria migrar para o modelo Canadense. O Canadá tem três conselhos nacionais, um para a área de biomédicas de saúde, um de ciências sociais e um para a área de ciências exatas. E são conselhos nacionais que se reúnem não para avaliar projetos, mas para pensar normativas, para pensar essas diretrizes. Os comitês podem ser únicos ou separados das instituições. Eu acho que um comitê universitário único é melhor do que um fragmentado. Por uma questão muito simples: porque senão a gente perde o sentido da universidade, a gente vira uma agregação de cursos, meramente. E tem uma outra questão que é delicada, que dependendo do nível de fragmentação, a pressão de corredor é muito forte. A pressão corporativa que os membros do comitê vão sofrer é muito forte. E vocês dizem assim: “Por que os pareceres são anônimos?” Porque aquele parecer não é de ninguém. Aquele parecer é assumido pelo corpo dos participantes do comitê, daquela reunião e é por isso que a responsabilidade é de quem está presente. Ou seja, os comitês também têm que ter essa humildade de aprender. E eu vou dizer para vocês o seguinte: nós temos mais de 600 comitês de ética em pesquisa no Brasil. Muitos deles são comitês meramente aplicadores de resolução. “Tá na resolução.” “Não tá na resolução.” São aqueles pareceres lamentáveis que vocês vêem assim “Não atendeu ao item 2 do artigo 3.” Não é isso que o comitê tem que fazer. Também é isso. Mas isso não

pode ser a essência. A essência tem que ser ética e não meramente enquadramento regulatório.

Comenta como o grupo dele tem trabalhado com a questão ética ligada a grupos como os quilombolas.

Sobre aquela questão que eu coloquei, do plágio de projeto. Eu acho que é um tema muito peculiar à área de vocês. Vocês ficam numa área que mistura muito da arte. Eu acho assim, que esse encontro de vocês é um pontapé inicial para uma discussão que pode ser extremamente rica, dentro da pós-graduação. E ali que a coisa deve acontecer, se vocês forem pensar. Ninguém vai fazer isso por vocês, e se fizer é um desastre. E pode até ser que não dê tempo de fazer dentro dessa nova Resolução. Tudo é processo, a gente pode ir provocando essas discussões. Numa dessas vocês dizem: “Nós, da área de arquitetura, também queremos uma resolução complementar...” Vai ser no mínimo divertida. Muito obrigado.

Prof. José Júlio Lima agradece a essa mesa extremamente importante, extremamente esclarecedora e agradece ao professor Goldim e a todo mundo. Diz que a Profa. Angélica vai fazer aqui alguns anúncios.

Profª Angélica fala:

Nós temos uma mesa rápida na sequência, cada relator vai ler cinco minutos o relato das mesas que antecederam. E talvez uma das questões seria propor um grupo de trabalho aqui, quem estivesse interessado para a gente começar esse pontapé inicial até sugerido pelo professor Goldim e outras questões que a gente pode colocar na assembleia de uma forma mais aprofundada.

Profa. Cristina Schicchi:

Gostaria de reforçar o convite da Angélica para que a gente possa a partir do relato resgatar o que a gente discutiu ontem, mas o propósito é criar grupos de trabalho, se possível nos termos que a gente levantou aqui, para que a gente possa



4º Seminário Nacional de Pesquisa e
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
inovação e ética na pesquisa em arquitetura e urbanismo

trabalhar daqui até o ENAMPARQ, durante os próximos meses e levarmos algumas questões mais avançadas para o ENAMPARQ, porque senão, cada vez que a gente abre uma frente de discussão, a gente volta ao começo de novo. E o que a gente queria era avançar isso e esses grupos terão pelo menos 9 meses para trabalhar sobre essa questão.

A mesa chama o professor Márcio Cotrim, a professora Maria de Lourdes Zuquim e a Profa Cristina Schicchi, que é a relatora dessa mesa. Passa-se à leitura dos relatos.

ORGANIZAÇÃO



CO-ORGANIZAÇÃO



APOIO:



PROMOÇÃO:



DIVULGAÇÃO:

vitruvius